



Iniciativas Econômicas Locais como Forma de Promover o Desenvolvimento Sustentável: o caso CREDITAG em Rondônia

Nilza Duarte Aleixo de Oliveira

Doutoranda do Programa de Doutorado
Interinstitucional em Administração –
DINTER UNIR/UFRGS
nilza@unir.br

Tânia Nunes da Silva

Doutora. Docente do Programa de Doutorado
Interinstitucional em Administração –
DINTER UNIR/UFRGS
tnsilva@ea.ufrgs.br

Resumo

O presente artigo, derivado da tese de doutorado, que está sendo desenvolvida por meio do projeto DINTER - UNIR/UFRGS, teve como objetivo verificar a eficiência das iniciativas econômicas locais de caráter coletivo, apresentando-se como um caminho viável e promotor de desenvolvimento econômico e social para seus integrantes e comunidade. Iniciativas econômicas locais representam uma opção ponderável para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo quadro de desocupação estrutural e pelo empobrecimento. Como exemplo dessas iniciativas, cita-se no estado de Rondônia, o caso CREDITAG - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária. Pode-se observar pelos resultados apresentados que, os benefícios gerados pelas cooperativas do Sistema CREDITAG, contribuem para a inclusão bancária, social e produtiva com o fortalecimento da agricultura familiar na região.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; iniciativas econômicas locais; CREDITAG.

1 Introdução

As iniciativas econômicas locais, criadas com o intuito de gerar emprego e renda, como associações e cooperativas, principalmente as vinculadas à economia popular e solidária, tem sido apontadas como uma alternativa promissora para trabalhadores marginalizados no mercado de trabalho.

As políticas de desenvolvimento adotadas pelo Brasil, no passado, geraram pobreza, desigualdade e exclusão no campo. A concentração de terras e riqueza, aliado a falta de alternativas econômicas e de acesso a serviços, tais como educação e saúde, promoveram um intenso processo de êxodo rural. Especialmente os jovens migraram para as cidades, comprometendo a própria reprodução social da agricultura familiar.

A reinserção no mercado ou no processo de desenvolvimento depende de fatores como tecnologia e condições político-institucionais, representados por acesso a crédito, informações organizadas, canais de comercialização, transporte, energia, dentre outros.

Embora haja um esforço importante por partes dos governos, há muitos desafios a vencer. A eficiência da capacidade organizacional dos produtores pode ser o melhor caminho para melhoria da qualidade de vida, com o objetivo de ganhar escala, agregar valor à produção e encontrar novas alternativas para o uso da terra.

Neste sentido, os agricultores familiares como estratégia para enfrentar as dificuldades e de promover o desenvolvimento local vêm constituindo empreendimentos coletivos, como cooperativas, para que possam comercializar seus produtos, ter acesso a crédito, financiamentos e aquisição de insumos, para garantir a sobrevivência, melhor qualidade de vida e financiamento dos meios de produção. Como exemplo desses empreendimentos, pode-se citar as cooperativas de crédito do sistema CREDITAG.

Criado em 2004, o CREDITAG – Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária atua nos Estados de Goiás, Espírito Santo, Mato Grosso, Minas Gerais, Pernambuco, Rondônia e São Paulo, proporcionando oportunidades para que os produtores encontrem alternativas coletivas de inserção produtiva e de desenvolvimento rural.

O CREDITAG tem como um de seus objetivos, o fortalecimento da agricultura familiar por meio do oferecimento de crédito de forma desburocratizada e com juros menores, provendo créditos em diversas áreas como: investimento e custeio, moradia, saúde e educação.

No Estado de Rondônia, o Sistema CREDITAG possui 3 cooperativas de crédito e 4 pontos de atendimento cooperativo - PACs, com 2.001 cooperados, atendendo 11 municípios do Estado.

E, para se tornarem ainda mais eficientes e competitivas, as cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG em Rondônia, incorporam em seu quadro de cooperados, quatro cooperativas de produção, com o propósito de fortalecer os dois ramos cooperativistas, por meio da intercooperação, o que pode favorecer os cooperados duplamente pelos benefícios gerados.

Essa relação de intercooperação é objeto de estudo de tese de doutoramento, a qual está sendo desenvolvida por meio do projeto DINTER - UNIR/UFRGS. O objetivo geral da tese consiste em: elaborar *framework* que permita observar a presença de empreendedorismo, inovação social e tecnologias sociais na relação de cooperação interorganizacional, entre cooperativas de crédito do sistema CREDITAG e suas associadas, cooperativas de produção agrícola. A proposta de analisar a relação de intercooperação deu-se pelos seguintes motivos:

1. Importância socioeconômica dos empreendimentos cooperativos para os cooperados e comunidades circunvizinhas;
2. Importância dos empreendimentos coletivos para o Desenvolvimento Sustentável da região;
3. Capacidade de geração de empreendedorismo, tecnologias sociais e de inovação social.

No entanto, a proposta deste artigo, está delimitada em focar a experiência do sistema CREDITAG em Rondônia (parte da pesquisa desenvolvida na tese), como uma iniciativa que vem demonstrando claramente que é possível combater a exclusão financeira, produtiva e social, por meio de organizações financeiras não bancárias, destacando-se como uma organização em condições de contribuir com o Desenvolvimento Sustentável.

Assim, o objetivo principal deste trabalho é o de verificar a eficiência das iniciativas econômicas locais de caráter coletivo, apresentando-se como um caminho viável e promotor de desenvolvimento econômico e social para seus integrantes e comunidade.

Para atingir o objetivo proposto, o artigo foi organizado em cinco seções: na primeira seção, são apresentadas as considerações iniciais e o objetivo do presente trabalho; na segunda seção abordam-se algumas discussões acerca da concepção de desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável; na terceira seção, apresenta-se uma discussão acerca das iniciativas econômicas de desenvolvimento local; a quarta seção trata dos procedimentos metodológicos; a quinta seção traz o

exemplo do Sistema CREDITAG em Rondônia de iniciativa popular; e por fim, tem-se as considerações finais e as referências que serviram de base para o estudo.

2 Refencial Teórico

2.1 Concepção de desenvolvimento

Na história contemporânea, o conceito de desenvolvimento tem sido utilizado, em dois sentidos distintos. O primeiro deles diz respeito à evolução de um sistema social de produção, que mediante a acumulação e o progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, elevando a produtividade do conjunto de sua força de trabalho. O segundo sentido, relacionado ao conceito de desenvolvimento, diz respeito ao grau de satisfação das necessidades humanas elementares, tais como a alimentação, o vestuário, a habitação, segurança, saúde, dentre outros (FURTADO, 2000).

A eficácia do sistema de produção tem sido comumente considerada o principal indicador de desenvolvimento. Assim, até meados dos anos 1970, o desenvolvimento era visto como sinônimo de crescimento econômico. Permanecia a idéia de que, o enriquecimento levaria conseqüentemente a uma melhoria nos padrões sociais, e a convicção de que, se as metas de crescimento, consideradas mais importantes fossem alcançadas, o restante seria resolvido e que, o crescimento econômico sozinho produziria os resultados necessários (KLIKSBERG, 2001).

Chegou-se à constatação que, este indicador não é mais considerado condição suficiente, para avaliar se as necessidades elementares da população estão sendo satisfeitas. Outros aspectos estão sendo levados em consideração, quanto aos indicadores que possam definir o sentido de desenvolvimento. Desta forma, tem-se observado, além de outras situações, a degradação das condições de vida de uma massa populacional, como conseqüência da introdução de novas técnicas mais sofisticadas. Por outro lado, pode ocorrer o aumento da disponibilidade de recursos, assim como a elevação dos padrões de vida, na ausência de modificações nos processos produtivos (FURTADO, 2000).

Para Souza (2009), o sentido de desenvolvimento, caracteriza-se pela transformação de uma economia considerada arcaica, para uma economia moderna, eficiente, juntamente com a melhoria do nível de vida, do conjunto da população. O autor acrescenta que, uma definição completa de desenvolvimento envolve, além da melhoria de indicadores econômicos e sociais, a questão da preservação do meio ambiente, pois, com o tempo, o crescimento econômico tende a esgotar os recursos produtivos escassos, através de sua utilização de forma indiscriminada.

Assim, a ideia de desenvolvimento articula-se, envolvendo, conjuntamente, questões de eficiência do sistema produtivo, satisfação das necessidades humanas e preservação ambiental, não tendo mais um foco único, ou seja, somente a preocupação com os resultados de natureza econômica.

Como lembra Sachs (2008), a economia capitalista, é louvada por sua inigualável eficiência na produção de bens para a geração de riqueza. Porém, da mesma forma, se sobressai na capacidade de produzir males sociais e ambientais para produzir esses bens.

Sen (2000), também, questiona esse modelo de desenvolvimento econômico, qualificando-o como uma política cruel de desenvolvimento. O posicionamento do autor pode ser justificado pela tendência de longa data, da utilização de padrões universais de consumo e produção agressivos à natureza, preservação do subemprego, da pobreza e da má distribuição de renda. O desenvolvimento nessas condições tende a esgotar a base de recursos naturais, além de ampliar as distorções sociais.

Sen (2000) lembra, ainda, que o desenvolvimento de uma região não deve estar apenas na busca pela dimensão econômica, mas sim, na dimensão sociocultural, em cujo contexto, os valores e

as instituições são fundamentais. Para ele, o desenvolvimento econômico, não é apenas uma consequência da inovação tecnológica e da existência de progresso técnico, associadas a investimentos em P&D, mas, também, de um terceiro fator de produção: os recursos humanos e a acumulação de capital social.

Para Daly (1984, p. 46), “uma política que vise tão somente à maximização do PNB é praticamente equivalente a uma política de maximização da depleção e da poluição”. Além disso, Furtado (2000), enfatiza que as sociedades são consideradas desenvolvidas, na medida em que nelas o homem possa satisfazer as suas necessidades e também renovar suas aspirações.

Portanto, pensar em desenvolvimento é pensar, também, na qualidade de vida e bem-estar da população, na distribuição de renda, saúde, educação, segurança, lazer e em outros elementos essenciais para a uma vida digna.

Até a publicação do primeiro relatório sobre o IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, o PIB - Produto Interno Bruto per capita, era a medida de qualidade de vida mais difundida. No entanto, conhecer o PIB per capita de um país ou região, tornou-se insuficiente para avaliar as condições de vida de sua população, uma vez que é necessário conhecer a distribuição desses recursos e como se dá o acesso a eles. Logo, está cada vez mais evidenciado, que não se pode medir o bem-estar humano só com indicadores econômicos. Em termos práticos, os indicadores econômicos devem equiparar-se aos indicadores ambientais, sociais e políticos (SOUZA, 2009).

O desenvolvimento não pode ocorrer sem crescimento. Porém, o crescimento por si só não garante um desenvolvimento incluyente. O crescimento pode, por exemplo, estimular o mau desenvolvimento, processo no qual, o crescimento do PIB é acompanhado de desigualdades sociais, pobreza, desemprego e subemprego (SACHS, 2008).

O desenvolvimento, na opinião de Sachs (2008) é um processo composto de duas vertentes, que devem ser compatibilizadas:

1. Em nível econômico - diversificar e complexificar as estruturas produtivas, para que ao mesmo tempo se obtenha incrementos significativos e contínuos da produtividade de trabalho, base do aumento do bem-estar;
2. Em nível social - promover a homogeneização da sociedade, reduzindo as diferenças sociais abismais entre as diferentes camadas da população.

Este processo deverá contemplar, também, o respeito e a preservação ao meio ambiente, de forma que as estratégias de desenvolvimento sejam ambientalmente sustentável, economicamente sustentada e socialmente incluyente (SACHS, 2008).

Por fim, Sachs (2009), acrescenta que, necessita-se de um estado atuante para promover a compatibilização de objetivos econômicos, sociais e ambientais em todos os níveis. Tudo isso, com a formação de parcerias entre os diferentes grupos sociais, para que cada um entenda o seu papel e passe a ter uma atuação na definição das estratégias de desenvolvimento e na sua negociação. “O futuro está no desenvolvimento negociado entre os parceiros sociais” (SACHS, 2009, p. 82).

Méndez (2002), discutindo a questão de desenvolvimento territorial integrado, aponta as dimensões (figura 1) que devem ser observadas para se planejar o desenvolvimento com maiores níveis de qualidade de vida: dimensões social (bem-estar), ambiental (sustentabilidade), político (governança e participação local), cultural (defesa da identidade e patrimônio) e geográfico (espacial).

Figura 1 -Principais elementos integrantes do conceito de desenvolvimento territorial integrado.



Fonte: Adaptado de Méndez (2002)

Com base no enfoque unificado/integrado de desenvolvimento proposto por (SEN, 2000; MÉNDEZ, 2002; SACHS, 2008; 2009; SOUZA, 2009), o desenvolvimento deve ser percebido como um processo complexo e dinâmico, de mudanças e transformações de ordem econômica, política, cultural, ambiental, mas, sobretudo, humana e social.

A incorporação dessas novas ideias e o desejo de criar condições, para que todos possam desfrutar dos resultados do desenvolvimento, reduzindo a pobreza e melhorando as condições ambientais, representaram passos importantes para uma mudança de consenso global sobre as práticas do atual modelo de desenvolvimento, chegando-se à concepção de Desenvolvimento Sustentável (MEBRATU, 1998).

2.2 Desenvolvimento Sustentável

O conceito de Desenvolvimento Sustentável – DS foi definido em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento como o “desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades” (WCED, 1987; MEBRATU, 1998).

Mais de duas décadas depois dessa publicação, chefes de estados e de governos, reunidos na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, Rio + 20, renovam os compromissos com o Desenvolvimento Sustentável, para assegurar a promoção de um futuro economicamente, socialmente e ambientalmente sustentável para as gerações presentes e futuras (ONU, 2012).

No entanto, o principal desafio durante essas duas décadas, tem sido o de encontrar formas de implementar o conceito na vida cotidiana em termos operacionais (BAGHERI; HJORTH, 2007). Mesmo sendo considerado bem aceito em todo o mundo, o conceito apresentado necessita de implementação (MUNASINGHE, 2004).

Dentre os muitos compromissos firmados e reafirmados na Rio + 20, a erradicação da pobreza esteve em pauta, como um requisito indispensável para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável, considerado maior desafio que o mundo enfrenta (ONU, 2012).

Ficou evidente, também, no relatório da Rio+20 que, para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, a participação significativa de todos os segmentos da sociedade, envolvendo os setores públicos e privados, incluindo grandes grupos como: mulheres, jovens, crianças, povos indígenas,

idosos, agricultores, pessoas com deficiência, organizações não-governamentais, autoridades locais, trabalhadores e sindicatos, a comunidade científica e tecnológica, são essenciais (ONU, 2012).

A integração social, como requisito essencial para a promoção do Desenvolvimento Sustentável, vem recebendo, ao longo do tempo, atenção de diversos autores. Para Robinson (2004), além da integração entre as dimensões, deve haver, também, a integração dos setores da sociedade e desenvolver novas formas de aprendizagem social. Em razão disso, Bagheri e Hjorth (2007), afirmam que o processo de aprendizagem social é reconhecido como o mais importante na construção do Desenvolvimento Sustentável.

Robinson (2004) acrescenta que, não é suficiente um caráter científico ou técnico para a resolução dos graves problemas ambientais e sociais, mas deve estar associado às experiências das comunidades e em parcerias com governos e empresas. O conceito de Desenvolvimento Sustentável gerou um conjunto de atividades e movimentos, focando responsabilidade social corporativa, ecologia industrial, ética ambiental, em direção a um mundo mais sustentável, no entanto, não representa uma resposta suficiente para os desafios a serem enfrentados. Para promover mudanças sociais necessárias, para melhorar o bem-estar humano, especialmente entre os mais pobres, requerem-se esforços coletivos e posições políticas fortes.

Iyer-Raniga e Treloar (2000) partilham deste entendimento, quando mencionam que, muitas mudanças têm sido introduzidas, pesquisas de alto nível e desenvolvimento tecnológico recebem atenção, como sendo a principal abordagem para a resolução dos problemas ambientais. Embora, esta abordagem seja importante, a participação cidadã e o envolvimento das comunidades, na construção de alternativas a partir dos problemas e preocupações locais, têm sido amplamente ignorados. Para os autores, a participação cidadã promove o desenvolvimento humano e social.

Para Dowbor (2008), o desenvolvimento não é, meramente, um conjunto de projetos voltados ao crescimento econômico, mas, compreende uma dinâmica cultural e política que transforma a vida social. Está relacionado com a capacidade de auto-organização local, a riqueza do capital social, a participação cidadã e o sentimento de apropriação do processo pela comunidade, elementos vitais que consolidam o processo de desenvolvimento.

Desta forma, a valorização, apoio e incentivo às iniciativas locais pode ser um dos caminhos para atender às metas do Desenvolvimento Sustentável, com maior participação de diversos e variados segmentos sociais (HOPWOOD, MELLOR; O'BRIEN, 2005).

Com esta visão multidimensional do Desenvolvimento Sustentável, diversidade e abrangência, todas as dimensões devem ser consideradas, pois, se torna inviável discutir os problemas e encontrarem alternativas, dissociando as dimensões, seja em contextos locais, regionais ou nacionais.

Além disso, o Desenvolvimento Sustentável de uma comunidade está associado às iniciativas inovadoras e mobilizadoras em torno de um projeto coletivo, articulando as potencialidades locais existentes nas condições dadas pelo contexto externo (decisões políticas e econômicas) (BUARQUE, 2002).

As iniciativas inovadoras estão associadas à criação de alternativas para adaptação às mudanças e com as vocações econômicas, onde os atores por meio de uma visão empreendedora percebem oportunidades e as transformam em ações para o benefício da comunidade e para o desenvolvimento.

Dada essa concepção de desenvolvimento, entende-se que as iniciativas inovadoras, com uma visão empreendedora focada nas soluções relacionadas ao emprego e autoemprego, promovem a inserção produtiva e melhoria da distribuição de renda entre diferentes camadas sociais, além de outros ganhos como segurança e autonomia, estando em consonância com a perspectiva de Desenvolvimento Sustentável.

A concepção de desenvolvimento com sustentabilidade, aqui expostas por diversos autores (SEN 2000; IYER-RANIGA; TRELOAR, 2000; ROBINSON, 2004; SACHS, 2008; 2009; HOPWOOD;

MELLOR; O'BRIEN, 2005; SOUZA, 2009), tem como ideia central a melhoria das condições humanas, equidade e cidadania, com a inclusão produtiva dos grupos marginalizados e participação nos resultados do desenvolvimento.

Os meios produtivos são sustentáveis quando são capazes de manter ou expandir essa capacidade, no presente e no futuro, superando tensões e choques sem causar prejuízos fundamentais à base de recursos naturais (SEN, 2000).

2.3 Iniciativas econômicas de desenvolvimento local

A finalidade do desenvolvimento local é fortalecer os micros empresários, associações, cooperativas e entidades ligadas ao seguimento, visando à sustentabilidade e a geração de empregos, tornando uma estratégia de vantagem competitiva num rápido contexto de profundas transformações, de forma que, estes impulsos pudessem ser importantes para dinamizar e fecundar, sobretudo, as comunidades locais que tivessem perdido a capacidade de iniciativa e a vontade de mudar (AMARO, 2009).

O desenvolvimento local representa, em particular, uma transformação nas bases econômicas e na organização social em nível local, sendo resultado da mobilização de toda a sociedade que exploram as suas capacidades e potenciais específicos, em busca de um processo que seja sólido e sustentável, devendo elevar as oportunidades sociais e a viabilidade da economia local, aumentando a renda e as formas de riqueza, ao mesmo tempo, assegurar a conservação dos recursos naturais (BUARQUE, 1997).

Brose (1999) afirma que, para existir um desenvolvimento local forte, se faz necessárias a criação e manutenção de postos de trabalho, incentivo a novas atividades econômicas, investimento na agricultura familiar, estabilidade na renda familiar, manutenção de uma paisagem rural equilibrada, participação ativa da população nas decisões, no que se refere aos setores econômicos, gestão pública participativa, etc.

Desenvolvimento local se faz com participação e envolvimento das comunidades. E, Amaro (2009) destaca três procedimentos que devem ser colocados em prática para a promoção do desenvolvimento local:

- 1) Realizar diagnóstico das necessidades das comunidades locais, com a participação destas;
- 2) Responder a essas necessidades, utilizando os recursos e as capacidades das próprias comunidades;
- 3) Abordar os problemas e as soluções de forma integrada, conjugando as suas várias componentes e áreas de intervenção (saúde, educação, emprego, alimentação, outras).

Estes procedimentos, em muitas regiões são despercebidos e os projetos de desenvolvimento local, se afirmam por meio de iniciativas das comunidades, que se organizam, na busca por respostas aos seus problemas.

Nessa lógica, a participação cidadã tem ganhado destaque nos últimos anos. Desde meados dos anos 1980, assiste-se no Brasil e em outros países do mundo, ao florescimento e ao gradativo fortalecimento de iniciativas de trabalhadores no campo econômico, fundadas no associativismo e na cooperação (GAIGER, 2007). Para Maurer e Silva (2011), a emergência de tais empreendimentos pode ocorrer por vários estímulos, dentre eles a busca pela inclusão e reinclusão social e econômica.

Compartilhando dessa ideia, Dowbor (2008) comenta que, inúmeros municípios, regiões, comunidades, cidades, já se deram conta de que o desenvolvimento com oportunidades para todos, se faz com participação cidadã. Assim, deixaram de esperar e tomaram iniciativas para mobilizar o potencial local, dinamizando um conjunto de atividades, partindo de novos pactos e arranjos sociais

e da mobilização dos recursos disponíveis. Diz respeito, sobretudo, às estratégias populares de trabalho e sobrevivência, entendidas como economia popular, a arte de criar alternativas que visem à satisfação das necessidades humanas (ICAZA; TIRIBA, 2009). São nas comunidades que estão as ideias, capacidades, experiências e saberes. Possuidoras de identidade própria e direcionadas para realizações concretas nos campos, econômico, social e cultural (LEITE, 2010).

Muitas iniciativas empreendedoras foram e estão sendo criadas para desenvolver regiões com sustentabilidade, a título de exemplos, podem-se citar as cooperativas de crédito em microfinanças, cooperativas de trabalho, de catadores e reciclagem, o comércio justo, as empresas sociais, dentre outras iniciativas que promovem melhoria nas condições sociais e produtivas da população.

Estudos a respeito, em diferentes regiões, indicam que essas iniciativas empreendedoras, estão convertendo-se em um eficiente mecanismo, gerador de trabalho e renda, alcançando, em muitos casos, níveis de desempenho, que as habilitam a inovarem e a permanecerem no mercado, com razoáveis perspectivas de sobrevivência. Tais iniciativas econômicas representam, principalmente, para os segmentos sociais de baixa renda, fortemente atingidos pelo desemprego e pelo empobrecimento, uma opção promissora de inclusão social e produtiva (GAIGER, 1999).

Tauile e Rodrigues (2004) destacam as principais razões que levam ao surgimento de empreendimentos de natureza coletiva: (1) criação de postos de trabalho e renda por meio da associação de trabalhadores, levando-os a um processo de (re)inclusão social e econômica; (2) recriação de postos de trabalho e renda através de arrendamento judicial de parque produtivo de empresa falida pelos respectivos trabalhadores, que constituem nova empresa de base autogestionária; (3) Associação de trabalhadores para assunção de empreendimento econômico em estado pré-falimentar, no qual trabalham, para gerir a produção a partir de uma outra estrutura societária de base autogestionária; (4) aquisição de empresas por parte de trabalhadores organizados em empreendimentos coletivos, a partir de estudos de viabilidade econômica e condições gerais de sustentabilidade das mesmas, contraindo crédito e assumindo comprometimento financeiro de longo prazo. Esta é uma hipótese considerada menos freqüente; e, (5) reconversão para o modelo de autogestão de cooperativas ou associações de produtores.

Dentre essas iniciativas, o microcrédito tem se mostrado uma alternativa promissora com o propósito de atender milhares de pessoas de baixa renda, para tirá-las da situação de pobreza (SERVET, 2009). O Banco Grameen, criado em 1976, é considerada a primeira instituição com esta finalidade, oferecendo pequenos valores em condições mais favoráveis para estimular o microempreendedorismo, como mecanismo de geração de emprego e renda (NORUZI; WESTOVER; RAHIMI, 2010). Ajuda no processo de bem-estar e pode ser entendida como uma ferramenta de desenvolvimento, principalmente, no meio rural (LOPÉZ, 2007).

Além de oportunizar emprego e renda, para André e Abreu (2006) a criação de pequenos empreendimentos tornadas possíveis pelo acesso ao microcrédito, permite não somente o acesso a uma fonte de rendimento, como também, a aquisição de conhecimento e competências ao longo do processo, permite um reforço da autoestima, valorização pessoal, e a substituição de uma atitude de dependência face à ausência de oportunidades por uma de proatividade e autonomia.

Pinho (2004) traz outra contribuição, mencionando que as cooperativas de crédito reaplicam a poupança dos associados na própria região, contribuindo, desta forma, para estimular o desenvolvimento e, ao mesmo tempo, corrigir desequilíbrios regionais.

3 Procedimentos metodológicos

Nesta etapa, são explicados os principais procedimentos metodológicos, utilizados para desenvolver o artigo e consecução do objetivo proposto.

Este trabalho é derivado da pesquisa de tese, que está sendo elaborada por meio do projeto DINTER - UNIR/UFRGS e se configura como exploratório. Segundo Gil (2008), estudos exploratórios tem por objetivo proporcionar mais familiaridade com o problema, de forma a torná-lo mais explícito, aprimorar, desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, proporcionando visão geral acerca de determinado fato.

Quanto à abordagem, a pesquisa foi classificada como qualitativa. Utilizou-se a pesquisa qualitativa por ser rica em descrições. Implica uma partilha com pessoas, fatos e locais, que constituem objetos de pesquisas, cuja finalidade é extrair desse convívio, os significados (CHIZZOTTI, 2010). A pesquisa qualitativa utiliza entrevistas e documentos como dados e objetiva entender como ocorre determinado fenômeno (GUERRA, 2010). Trabalha com o universo dos significados, das crenças, valores, motivos, considerados parte da realidade social (MINAYO, 2011).

O objeto de estudo escolhido para análise foi o Sistema CREDITAG em Rondônia, por tratar-se de um projeto que se configura como uma iniciativa de cunho popular e solidário, de apoio financeiro aos produtores da agricultura familiar no referido Estado.

Este trabalho desenvolveu-se em duas etapas: pesquisa bibliográfica e levantamento de dados primários e secundários.

A pesquisa bibliográfica consistiu na busca, seleção, leituras e reflexões sobre artigos publicados em periódicos nacionais e internacionais e livros relacionados às temáticas estudadas (GIL, 2008).

O levantamento de dados primários foi realizado por meio de entrevista semi-estruturada, com o gestor do Sistema CREDITAG em Rondônia, que participa do empreendimento desde a sua formação inicial. Triviños (2011) trata a entrevista semi-estruturada, como sendo um procedimento que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que são de interesse da pesquisa, e que oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a partir das respostas dos entrevistados. Já, os dados secundários foram obtidos por meio de análise de documentos e relatórios financeiros e estatísticos, fornecidos pela assessoria da CREDITAG Base/RO.

A pesquisa, para obtenção dos dados primários e secundários foi realizada nos meses de junho e julho de 2012.

4 O sistema CREDITAG no Estado de Rondônia

Na discussão sob a constituição de um projeto alternativo de cunho popular e solidário, ganha destaque no estado de Rondônia, as cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

O sistema CREDITAG é uma instituição financeira, autorizada e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil, constituída e administrada por agricultores da agricultura familiar, articulada com organizações sociais (sindicatos, federação, associações, cooperativas, comunidades, etc.).

Têm como missão, fortalecer e estimular a produção dos agricultores familiares rurais e promover a educação financeira, com incentivo à poupança e ao crédito, visando o Desenvolvimento Sustentável e solidário, para melhoria da qualidade de vida no campo.

Como objetivo primeiro, o sistema CREDITAG visa promover o desenvolvimento sócio-econômico de seus associados, por meio de acesso a crédito e demais produtos e serviços bancários, em condições mais vantajosas e com maior facilidade. Visa também:

1. Fortalecer a agricultura familiar por meio do oferecimento de crédito de forma desburocratizada e com juros menores;
2. Promover a inclusão bancária dos trabalhadores, com acesso aos serviços de conta corrente, aplicação financeira, talão de cheques, recebimento de títulos e contas, seguros e etc.;
3. Promover o desenvolvimento das comunidades, tendo como foco a valorização dos trabalhadores rurais do campo.

O Sistema CREDITAG, teve origem em um grupo de seis cooperativas de crédito, ligadas aos Sindicatos de Trabalhadores/as Rurais dos Estados do Espírito Santo e Goiás. E, junto com O MSTTR – Movimento Social dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, CONTAG – Confederação Nacional dos trabalhadores na Agricultura, federações e sindicatos, criam um ambiente estratégico para tratar das ações voltadas ao crédito rural, em especial, para atender às demandas dos Sindicatos de sua base. Com isso nasceu, no segundo semestre de 2004, o Sistema CREDITAG.

A primeira cooperativa CREDITAG na região Norte, foi instalada no município de Ministro Andreazza, Estado de Rondônia, em 2009. Nesse Estado, o sistema CREDITAG está presente em onze municípios, com três cooperativas e quatro pontos de atendimento - PAC. As três cooperativas estão presentes nos Municípios de Ministro Andreazza, Jaru e Ji-Paraná. Ministro Andreazza atende os municípios de Cacoal e Rolim de Moura com dois postos de atendimento; Jaru atende os municípios de Governador Jorge Teixeira, Theobroma e Nova União; e Ji-Paraná, que atende os municípios de Presidente Médici, Alvorada e Urupá com dois pontos de atendimento. Essas cooperativas, em junho de 2012, juntas, contavam com 2.001 cooperados e 8 empregados, distribuídos geograficamente em seus municípios sede.

Para promover seu processo de fortalecimento, as CREDITAGs entenderam ser fundamental estarem ligadas a estruturas que representam seus interesses. Dessa forma, atualmente, estão ligadas à Associação Nacional do Cooperativismo de Crédito da Economia Familiar e Solidária – ANCOSOL e a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES.

Além dos serviços financeiros tradicionais como: conta corrente, talão de cheques, cheque especial, contrato de abertura de crédito – CAC, descontos de títulos, custódia de cheques, capital de giro e empréstimos de crédito rural (recursos próprios e do PRONAF Crédito), as cooperativas praticam linhas especiais de crédito como: custeio e investimento em produção orgânica e agroecológica, bem-estar familiar, habitação rural, aquisição de computadores e telefonia rural. Todos esses produtos com taxas de juros diferenciadas em relação ao mercado financeiro tradicional.

Dentre as experiências exitosas das cooperativas de crédito, destaca-se a linha de crédito “Bem-estar Familiar” – que financia móveis, eletrodomésticos, cama mesa e banho, tratamento de saúde, material escolar, viagens turísticas e o lazer. Uma linha de crédito especial que permite aos associados adquirir os bens e serviços à vista, livrando-se dos juros exorbitantes praticados pelas lojas nas compras a prazo e negociar um melhor preço. Esta é uma das perspectivas apontadas por Lopéz (2007), quanto ao papel das cooperativas de crédito, no processo de bem-estar e desenvolvimento rural.

Outras linhas de crédito a destacar, são: o custeio e o investimento em produção orgânica e agroecológica, com taxas de juros de 1% a 2% ao mês. Essas linhas especiais objetivam estimular a produção animal ou vegetal, com viés orgânico e agroecológico.

A quantidade de produtos e serviços disponíveis está aquém da demanda, tendo em vista a inexistência de uma central de crédito. Para se fortalecer frente à nova realidade e dificuldades impostas pela estrutura do Sistema Financeiro Nacional, onde a tendência é de fusões e incorporações, o CREDITAG está seguindo o caminho adotado por outras cooperativas. Neste

sentido, iniciou-se em 2010, o processo de incorporação de suas cooperativas à Cooperativa Central de Crédito Solidário – ECOSOL e ao Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária – CRESOL BASER. Estas são duas centrais de cooperativas de crédito que adotam a mesma linha de ação e projetos de desenvolvimento orientados pelo MSTTR, adotados desde o início pelo CREDITAG.

As CREDITAGs do Estado de Rondônia, enquanto aguardam a incorporação ao Sistema CRESOL, são consideradas pelo Banco Central, como cooperativas singulares (solteiras).

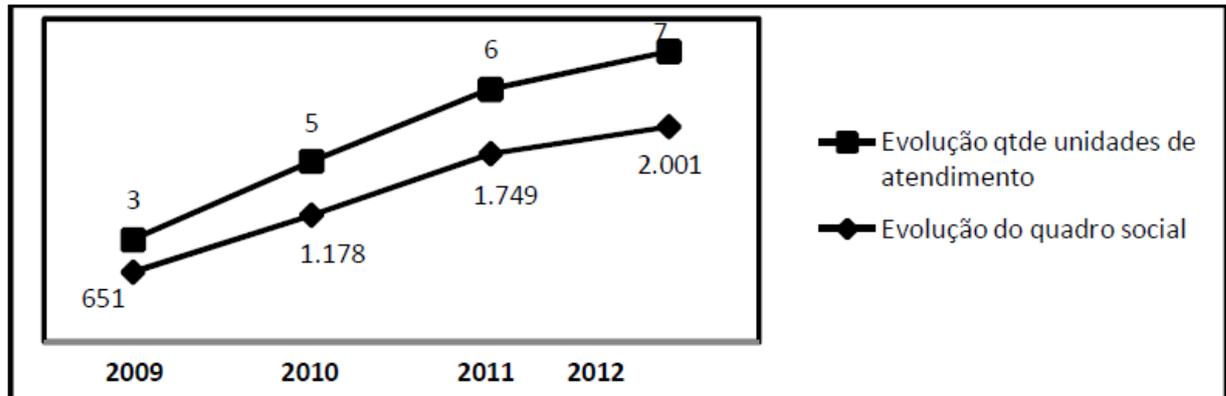
Com a incorporação, as cooperativas ampliam a capacidade de acessar os recursos de programas e políticas públicas, a exemplo dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar – PRONAF, via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, bem como, os recursos do Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Analisando o histórico da CREDITAG no estado de Rondônia, nota-se um crescimento considerável em quatro anos de atividades. Este crescimento é percebido pela evolução do número de associados e unidades de atendimento (figura 2) e da evolução do capital social (figura 3).

Considerando os dados da evolução do Sistema CREDITAG em Rondônia, observa-se na figura 2, crescimento no quadro social de 81% de 2009 para 2010, de 48% para 2011 e de 14% para 2012, posição em junho/2012. Quanto às unidades de atendimento, um crescimento significativo, passando de 3 para 7 unidades em 2012.

Pode-se constatar que, o crescimento de pontos de atendimento, associados e patrimônio das cooperativas é crescente, demonstrando que o empreendedorismo é uma das características presentes, projetando o empreendimento como uma opção promissora de melhoria de bem-estar dos produtores, como propõe Gaiger (1999).

Figura 2- Evolução das unidades de atendimento e quadro social

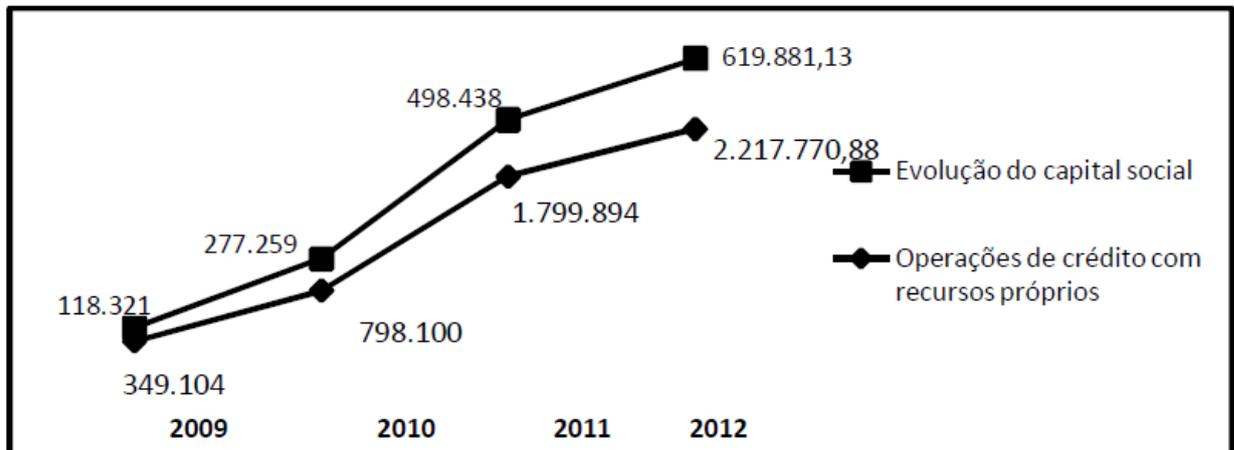


Fonte: CREDITAG/RO (2012)

Com o aumento do número de associados, ocorreu também o crescimento do capital social (figura 3), o que oportuniza às cooperativas operarem com recursos próprios, oferecendo mais serviços aos seus associados. A capacidade de ampliação do quadro social representa um passo significativo para a sustentabilidade do empreendimento, o que a faz menos dependente de recursos externos. Observa-se que, até junho de 2012, as operações de crédito com recursos próprios somavam R\$ 2.217.770,88.

Neste sentido, o CREDITAG cumpre o seu papel de ser uma instituição da comunidade, fazendo com que os recursos investidos na cooperativa, sejam colocados à disposição dos associados, como um instrumento de organização socioeconômica, conforme propõe Pinho (2004).

Figura 3- Evolução sistema CREDITAG em Rondônia (operações de crédito e capital social)

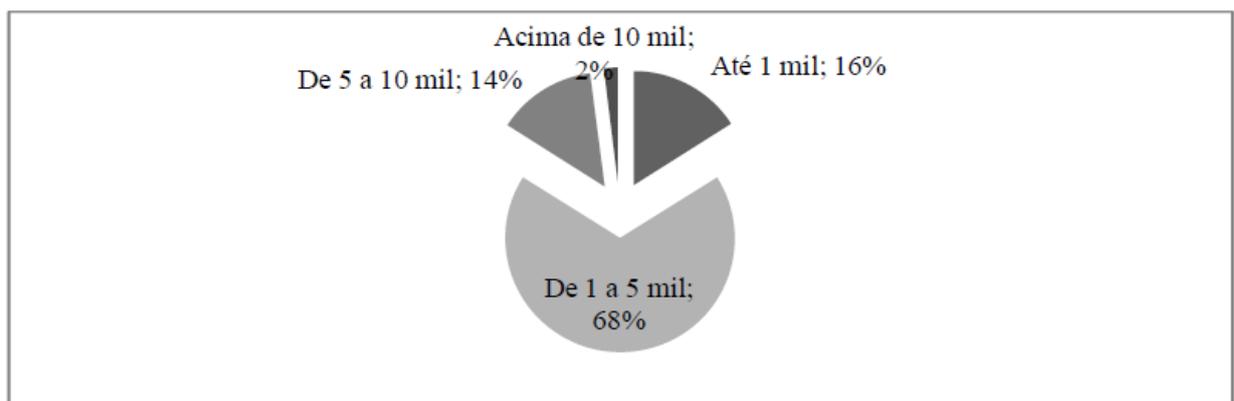


Fonte: CREDITAG/RO (2012)

No que se refere a empréstimos, o microcrédito é o principal produto. São operações de crédito de baixo valor, que objetiva agregar valor aos produtos, gerar renda e promover a inclusão bancária e social. Neste conceito, a CREDITAG atua quase que exclusivamente com o microcrédito, pois, 16% de suas operações são de até R\$ 1.000,00; 68% são de R\$ 1.000,00 a R\$ 5.000,00; 14% das operações de R\$ 5.000,00 a R\$ 10.000,00 e apenas 2% das operações são acima de R\$ 10.000,00, conforme evidencia a figura 4. No ano de 2011, a disponibilização de empréstimos, a título de microcrédito, na CREDITAG somou R\$ 2.986.000,44, em 1.106 contratos, com uma média por contrato de R\$ 2.702,79.

Conforme mencionado por Servet (2009) e Noruzi, Westover e Rahimi (2010), pode-se dizer que, o acesso ao crédito traz novos estímulos ao produtor e representa a possibilidade de prosseguir com projetos e objetivos ligados à melhoria da qualidade de vida, os quais envolvem investimentos nas estruturas produtivas e novas alternativas para o uso da terra.

Figura 4 - Distribuição da carteira de empréstimo CREDITAG/RO



Fonte: CREDITAG/RO (2012)

Com a disponibilização de recursos aos seus associados, a CREDITAG busca incentivar a implantação de novas culturas, aumento da produção agropecuária e melhoria da qualidade de vida,

com a liberação de recursos para aquisição de máquinas e equipamentos e eletrodomésticos, telefonia rural, dentre outros.

Oferecer produtos e serviços em condições mais vantajosas aos seus associados e promover a inclusão bancária, social e produtiva é um dos objetivos primeiros da CREDITAG/RO. Tomando como fonte as taxas de juros disponibilizadas pela ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade e as informações do Banco Central do Brasil foi possível verificar que, as taxas de juros praticadas pelas cooperativas do Sistema CREDITAG/RO são mais baixas e oferecem uma economia significativa para os cooperados, conforme pode ser observado na tabela 1.

Tabela 1 – comparativo de Taxa de juros CREDITAG x outros bancos

Finalidade	Cheque especial	Empréstimo Pessoal
Média Bancos (a.a)	154,27%	71,07%
Média Cooperativa (a.a)	107,67%	28,68%
Diferença	46,60%	42,39%

FONTE: Elaborado pelo CREDITAG/RO (2012), com base na ANEFAC - Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (taxas do período de janeiro/dezembro de 2011).

Com isso, no ano de 2011, os cooperados da CREDITAG economizaram mais de R\$ 570 mil reais, realizando suas operações na cooperativa e não nas instituições bancárias, tabela 2. Esse valor é a diferença entre o que o cooperado pagou na cooperativa e o que ele pagaria, caso realizasse as mesmas operações em outros bancos.

Tabela 2 – Economia dos cooperados realizando operações na CREDITAG

Carteira de Empréstimos	Saldo médio da Carteira durante o ano de 2011	Diferença de juros	Economia dos cooperados
Cheque Especial	R\$ 6.231,00	46,60%	R\$ 2.903,65
Empréstimo Pessoal	R\$ 1.337.868,00	42,39%	R\$ 567.122,24
Total da Economia dos Cooperados			R\$ 570.025,89

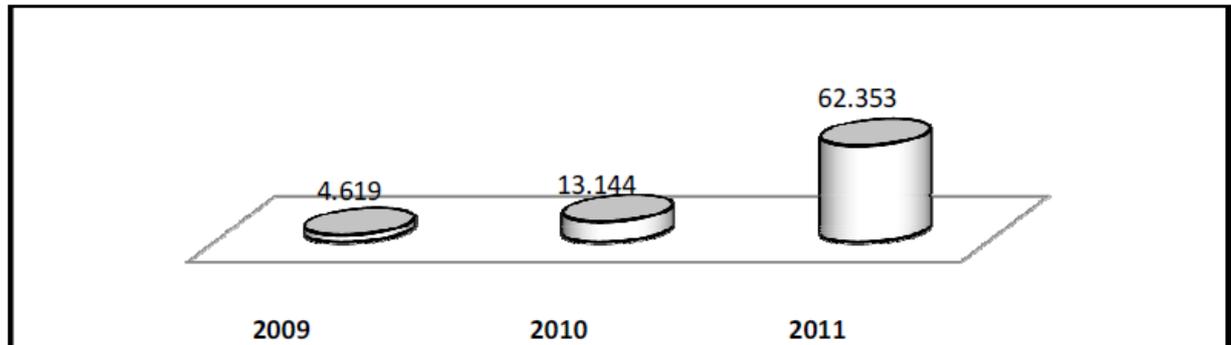
Fonte: CREDITAG/RO (2012)

Com taxas mais baixas, atendimento diferenciado e divisão dos resultados entre os associados e, ainda, comprometida com o desenvolvimento econômico e social da região em que atuam, podem ser as razões que tem atraído um número cada vez maior de novos associados, fortalecendo o sistema CREDITAG em Rondônia.

As sobras é outro benefício para os associados, que são distribuídas entre os cooperativados, na proporção das operações realizadas individualmente. A figura 5 evidencia a evolução das sobras no período de 2009 a 2011, apontando um incremento de 2009 para 2010, de 185% e para 2011, de 374%. Leite (2011) lembra que, a visibilidade dos resultados é uma das condições essenciais para

efetiva participação dos membros das cooperativas e, a participação é condição fundamental para a cooperação.

Figura 5 - Evolução das sobras e perdas



Fonte: CREDITAG/RO (2012)

A tabela 3, traz mais informações sobre a circulação de recursos na região de abrangência das três unidades das cooperativas, do Sistema CREDITAG em Rondônia, destacando um giro de R\$ 132.028.926,78 de recursos, em forma de incentivo produtivo, na resolução de questões financeiras de seus associados e movimentando o comércio local.

Tabela 3 - Outras informações relativas ao exercício de 2011

Unidade CREDITAG	Recurso que circulou na cooperativa em 2011	Total dos depósitos efetuados pelos cooperados	Empréstimo liberados em 2011
CREDITAG Andreazza	49.091.284,44	12.085.314,79	942.350,62
CREDITAG Ji-Paraná	32.834.531,31	13.813.403,13	894.498,76
CREDITAG Jaru	50.103.111,03	17.987.924,59	1.149.151,06
Total	132.028.926,78	43.886.642,51	2.986.000,44

Fonte: CREDITAG/RO (2012)

Comparando os resultados obtidos, com o pensamento de vários autores (GAIGER, 1999; 2007; DOWBOR, 2008; ICAZA; TIRIBA, 2009; LEITE, 2010) sobre as iniciativas econômicas locais, verifica-se, que o CREDITAG/RO, contribui com a inclusão social, bancária e produtiva, oferecendo aos produtores rurais familiares, novas oportunidades quanto a recursos, acesso ao crédito, meios de produção e à informação, fato que as coloca em condições especiais de trabalhar os princípios do Desenvolvimento Sustentável.

O êxito do sistema CREDITAG em Rondônia pode ser explicado na lógica muito próxima do exposto por Gaiger (2009), no que diz respeito à eficiência, ou seja, “efetividade dos meios empregados, em um dado processo, para alcançar-se um objetivo ou gerar-se o resultado visado; em suma, concerne à relação entre meios e fins”. E, pela lógica da participação cidadã no processo de

desenvolvimento, em uma iniciativa de mobilização dos próprios produtores, em respostas às suas problemáticas, desprovidos de apoio e incentivos governamentais.

A exploração das potencialidades locais requer incentivo e apoio. No sentido proposto por Brose (1999), Iyer-Raniga e Treloar (2000) e Hopwood, Mellor e O'brien (2005), as novas atividades econômicas locais carecem de apoio e incentivo para oferecer mais e melhores resultados.

Mesmo com os resultados demonstrados por essas iniciativas, a atenção disponibilizada aos empreendimentos associativos de produção de bens e serviços, no decorrer do tempo, têm sido inexpressiva. O fomento e o incentivo ao empreendedorismo popular coletivo são muito importantes para a criação de alternativas sustentáveis, no longo prazo, ao funcionamento das economias contemporâneas (TAUILE; RODRIGUES, 2004).

5 Considerações finais

Este artigo se propôs verificar a eficiência das iniciativas econômicas locais de caráter coletivo, apresentando-se como um caminho viável e promotor de desenvolvimento econômico e social para seus integrantes e comunidade. Pode-se observar pelos resultados apresentados que, os benefícios gerados pelas cooperativas de crédito do Sistema CREDITAG em Rondônia, promovem a inclusão bancária, social e produtiva, representando mudanças estruturais, estimulando a produção e evidenciando a capacidade de organização de seus membros.

As cooperativas de crédito, especialmente as da Economia Solidária vêm atender uma lacuna existente, principalmente junto à população de baixa renda, pequenos empreendimentos, associações produtivas e cooperativas, que necessitam de crédito e outros serviços bancários para seu crescimento e na maioria das vezes não encontram alternativas viáveis, no sistema bancário tradicional, pois, este possui um foco mercantilista, por meio do alto ônus e condições impostas aos seus clientes pelos serviços prestados.

Essas experiências coletivas alcançam outros resultados como a aprendizagem política e de gestão, as quais estimulam a cooperação, proporcionando mais integração humana, social e produtiva, evidenciando que, de forma individualizada, o caminho a percorrer torna-se mais penoso e em muitas situações, impraticável.

Essas iniciativas representam uma opção de reinserção no mercado de trabalho, para os segmentos sociais de baixa renda, promovendo, além, da inclusão social e produtiva, a recuperação da autoestima e da autonomia.

6 REFERÊNCIAS

AMARO, Rogério Roque. **Desenvolvimento local**. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009.

ANDRÉ, Isabel; ABREU Alexandre. Dimensões e espaços da inovação social. **Finisterra**, XLI, 81, 2006, pp. 121-141. Disponível em: <http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2006-81/81_06.pdf> Acesso em: 21 mai. 2012.



BAGHERI, Ali; HJORTH, Peder. Planning for Sustainable Development: a Paradigm Shift Towards a Process-Based Approach. **Sustainable Development**, 15, pp. 83–96, 2007.

BROSE, Markus. **Agricultura familiar, desenvolvimento local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

BUARQUE, Sérgio C. **Desenvolvimento Local e Planejamento Municipal** (roteiro de exposição preliminar). INCRA-IICA, Mimeo, 1997.

_____. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento**. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. 3. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

CREDITAG – SISTEMA DE COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Informações CREDITAGs do Estado de Rondônia**, 2012.

DALY, Herman. **Economia do século XXI**. Tradução: Renato Souza. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1984.

DOWBOR, Ladislau. **Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local**. Nota para a edição de 2008. Disponível em: <<http://www.dowbor.org/artigos.asp>> Acesso em: 21 out. 2012.

FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural**. 3. ed. Rio Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GAIGER, Luiz Inácio. O trabalho ao centro da economia popular solidária. **XIII Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 1999.

_____. A outra racionalidade da economia solidária. Conclusões do primeiro Mapeamento Nacional no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79, pp. 57-77, dezembro 2007.

_____. **Eficiência**. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Isabel Carvalho. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo – sentidos e formas de uso**. Parede, Portugal, Príncipe Editora, 2010.

HOPWOOD, Bill; MELLOR, Mary; O'BRIEN, Geoff. Sustainable development: mapping different approaches. **Sustainable Development**, Malden, v. 13, n. 1, p. 38-52, Feb. 2005.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. **Economia popular**. In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. *Dicionário Internacional da Outra Economia*. Coimbra: Almedina, 2009.



IYER-RANIGA, Usha; TRELOAR, Graham. A Context for Participation in Sustainable Development. **Environmental Management**, Vol. 26, No. 4, pp. 349–361, 2000.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

LEITE, João Salazar. **Princípios cooperativos. Cases, 2010**. Disponível em: <http://www.cases.pt/atividades/estudos-e-publicacoes> Acesso em: 10 jun. 2012.

_____. **Ensaio sobre a participação associativa nas cooperativas**. Maio, 2011.

LÓPEZ, Sonia Carolina. **Los servicios de microfinanzas en las cooperativas de ahorro y crédito rurales y su aporte a la superación de la pobreza**. In. OCHOA, Margarita Oseguera de (Coord.). La intercooperación del concepto a la práctica. Irecus, Université de Sherbrooke, 2007.

MAURER, Ângela Maria; SILVA, Tania Nunes. Parcerias interorganizacionais como indutoras de empreendimentos socioambientais de natureza coletiva: Três casos envolvendo o artesanato. **Teoria e Prática em Administração**, v. 1, (1), pp. 43-61, 2011.

MEBRATU, Desta. Sustainability and sustainable development: historical and conceptual review. **Environ Impact Asses Rev**, n.18, pp. 493–520, 1998.

MENDEZ, Ricardo. Innovación y desarrollo territorial: algunos debates teóricos recientes. **EURE (Santiago) [online]**. 2002, vol. 28, n. 84, pp. 63-83. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S025071612002008400004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 27 out. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Desafio da pesquisa social**. MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 30ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MUNASINGHE, Mohan. A trans-disciplinary framework for making development more sustainable. **Internet Encyclopaedia of Ecological Economics**. Munasinghe Institute for Development (MIND), Colombo, Sri Lanka, April, 2004.

NORUZI, Mohammad Reza; WESTOVER Jonathan H.; RAHIMI Gholam Reza. An Exploration of Social Entrepreneurship in the Entrepreneurship Era. **Asian Social Science** Vol. 6, No. 6; June 2010.

ONU – UNITED NATIONS. **Rio+20 United Nations Conference on Sustainable Development**. Rio de Janeiro, June, 2012.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 2004.

ROBINSON, John. Squaring the circle? Some thoughts on the idea of sustainable development. **Ecological Economics**, V. 48, p. 369-384, 2004.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.



_____. **Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável no Brasil.** IN. NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do; VIANNA, João Nildo (Orgs). Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SERVET, Jean-Michel. **Microcrédito.** In: CATTANI, Antônio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luiz Inácio. HESPANHA, Pedro. Dicionário Internacional da Outra Economia. Coimbra: Almedina, 2009.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento econômico.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

TAUILE, José Ricardo; RODRIGUES, Huberlan. Economia solidária e autogestão: a criação e recriação de trabalho e renda. **IPEA**, nota técnica, 2004.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

WCED - World Commission on Environmental and Development. Our Common Future. Oxford: Oxford University Press, 1987.